

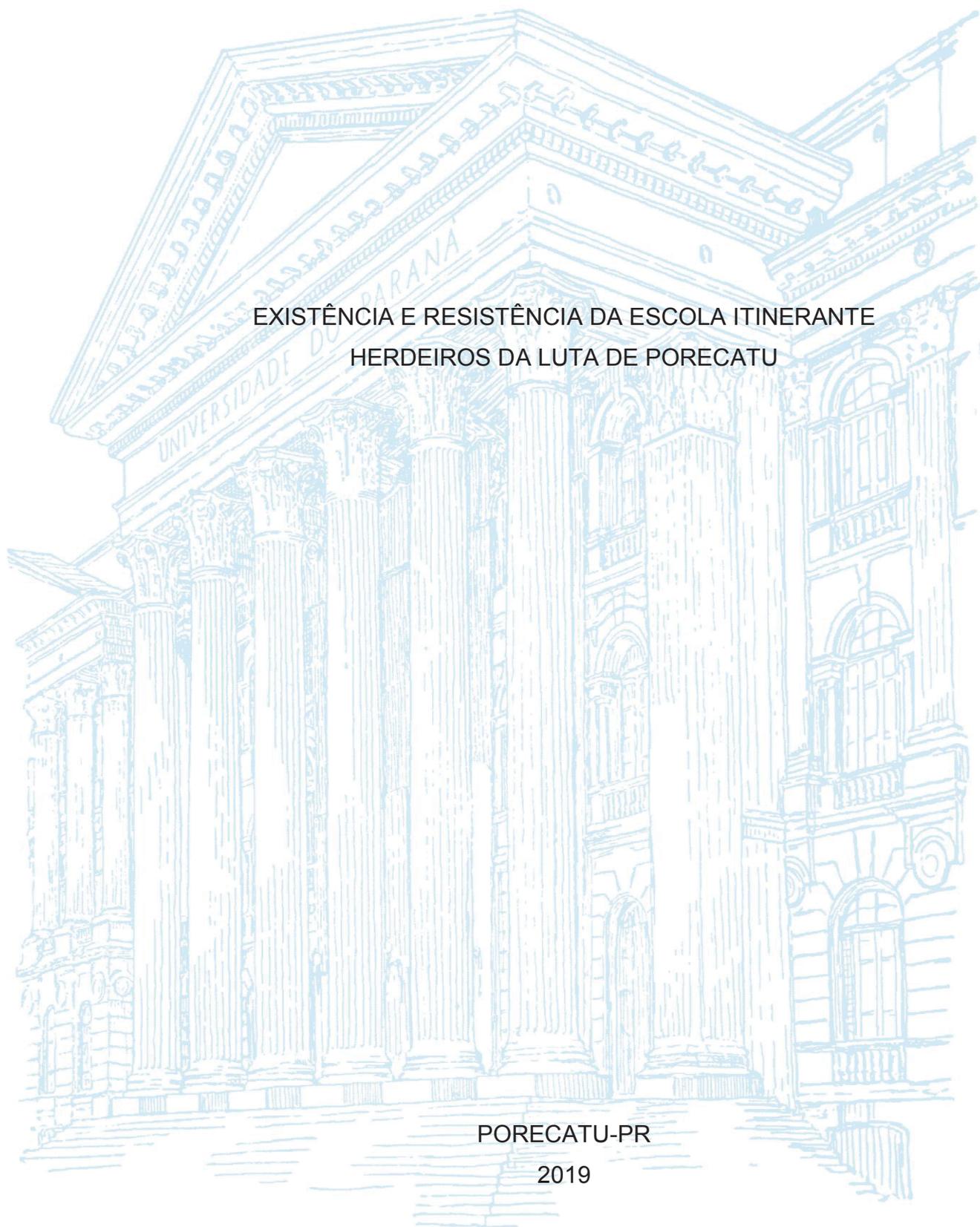
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAIANA FERREIRA SILVA

EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DA ESCOLA ITINERANTE
HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

PORECATU-PR

2019



DAIANA FERREIRA SILVA

EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DA ESCOLA ITINERANTE
HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação do Campo e Realidades Brasileiras e Seus Pensadores, da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral

Orientadora Professora: Prof.^a Maria Isabel Farias

PORECATU-PR

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **DAIANA FERREIRA SILVA** intitulada: **Existência e Resistência da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 13 de Outubro de 2019.

Maria Isabel Farias

MARIA ISABEL FARIAS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Roberto Antonio Finatto

ROBERTO ANTONIO FINATTO

Avaliador Interno

Valter Jesus Leite

VALTER JESUS LEITE

Avaliador Interno

EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DA ESCOLA ITINERANTE HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

Daiana Ferreira Silva

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a re(existência) da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu, desde 2008 dentro de um acampamento do MST, pelos esforços das famílias acampadas e pela vontade de que seus filhos pudessem morar e estudar no campo. Uma escola com uma proposta política pedagógica diferenciada, voltada para a formação do ser humano por completo, de acordo com a sua realidade e com a realidade de vida de onde moram. Diante dos problemas enfrentados pela escola, tanto internos como externos, o artigo contempla as formas como a Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu vem se reorganizando e sobrevivendo frente as limitações e impasses que surgem no dia a dia, buscando garantir a essência de uma proposta diferenciada composta de ciclo de formação humana, o auto-serviço dos educandos e a realização dos trabalhos e discussões coletivas dentro da escola.

Palavras-chave: Educação do campo, Organização Política de Governo, Resistência

RESUMEN

Este artículo despierta una mirada al resurgimiento de la Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu, establecida en 2008 dentro de un campamento MST, por los esfuerzos de las familias que acampan y el deseo de que sus hijos puedan vivir y estudiar en el campo. Una escuela con una propuesta política pedagógica diferente, dirigida a la formación del ser humano por completo, de acuerdo con su realidad y la realidad de la vida donde viven. Frente a los problemas a los que se enfrenta la escuela, tanto interna como externamente, el artículo contempla las formas en que los Herederos Itecantes de la Escuela de la Lucha de Porecatu se han reorganizado y sobrevivido frente a las limitaciones e impases que surgen en la vida cotidiana, buscando garantizar la esencia de una propuesta diferente. compuesto por un ciclo de formación humana, el autoservicio de los alumnos y la realización de los trabajos y debates colectivos dentro de la escuela.

Palabra clave: Educación rural, Organización política gubernamental, Resistencia

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a proposta pedagógica da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu, como esta vem se reinventando e resistindo diante das problemáticas vivenciadas no cotidiano.

Dessa forma, o estudo procurará evidenciar as limitações, sejam elas causadas pelas políticas governamentais, pelo não entendimento e não aceitação dos educadores novos da proposta de Educação do Campo da escola. Outra questão nova que apareceu nas Escolas Itinerantes foi a vinda dos educadores do Quadro Próprio do Magistério, educadores concursados, que a SEED tem o dever de locar todos os profissionais, e com a nova política do governo, com fechamento de várias turmas nas escolas da cidade e aumentando o número de alunos em uma única sala de aula, esses profissionais acabam ficando sem vaga nas escolas urbanas e foram encaminhados para as escolas do campo.

Outro problema enfrentado pela Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu é a questão de infra-estrutura e a manutenção da escola, pois, o que é enviado para manter a escola é muito pouco, principalmente na questão da alimentação dos educandos e na questão da infra-estrutura que o governo não dá a devida visibilidade mesmo estando ciente que a escola necessita de manutenção e conforto aos estudantes.

Através da sua forma de organização vem resistindo a toda a problemática enfrentada no dia a dia.

O método utilizado na construção deste trabalho foi a pesquisa descritiva que ocorreu através da leitura e análise documental que buscou compreender a organicidade, estrutura, limitações ligadas as características educacionais políticas e pedagógicas levantadas por meio do estudo de campo.

Com base no exposto o trabalho busca contemplar a história da luta pela terra no município, que ocasionou os conflitos agrários, o processo de ocupação no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, o surgimento das escolas itinerantes no Paraná, e a resistência dessa escola desde a construção até os dias atuais.

A produção de dados desta pesquisa veio a levantar e analisar as possíveis causas das dificuldades no processo de ensino aprendizagem e tentar soluções para

sanar tais dificuldades na Educação do Campo. A pesquisa bibliográfica abrange também a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos fotocopiados, mapas, imagens, etc.

Foi elaborado um questionário¹ contendo 5 perguntas e distribuídos entre os educadores da escola. Foram explicados os motivos da pesquisa e a sua importância para o levantamento de informações necessárias para a conclusão do artigo.

2. UM BREVE HISTÓRICO DA DISPUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE PORECATU.

A região norte do Paraná é uma das mais novas do processo de colonização do estado. Este território, desde longa data, vem sofrendo a disputa por suas terras. Disputa e luta que já registrou muita violência, mortes e sangue derramado.

Antes tendo em suas terras matas ainda não desbravadas, este espaço que já foi cenário de dor, hoje soa colorido com as cores dos alimentos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como: mandioca, arroz, milho, dentre outros, também contando com a criação de animais como porco, galinha, gado, etc. Em outro período da história se transformou em uma enorme área de café, mas com a crise em 1970, passou a ser cultivado à cultura da cana-de-açúcar, que existe até os dias de hoje.

Nesta região, o município de Porecatu se destaca por carregar consigo uma história muito rica e pouco conhecida, até mesmo pelas pessoas que habitam seus territórios. Este município, pequeno em área, guarda consigo a gigantesca contribuição para a história da luta pela terra no Brasil.

¹ Questões: 1-Como você enquanto sujeito se identifica na construção da proposta da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu? 2-Em relação aos ciclos de formação humana e a organização dos planejamentos pelos complexos de estudo, como você educador faz para relacionar os conteúdos da sua disciplina com a realidade do campo? 3-Quais dificuldades e/ou desafios você percebeu na escola Itinerante? 4-Como você vê a relação entre professor, educando, comunidade na escola itinerante? 5-Qual a sua inserção na Escola Itinerante? Você se considera um educador que contribui para manter a proposta da escola ou você encontra limitações?

A história da resistência dos posseiros em Porecatu é desconhecida pela maioria. E entre os poucos que ouviram falar algo sobre ela ou que a conheceram um pouco mais, a ideia corrente é a de que foi algo efêmero, errático, espontâneo, insignificante. Essa é a ideia que as autoridades – governos e polícias – difundiram pela imprensa da época e que, curiosamente, muitos setores da esquerda aceitaram. (OIKAWA, 2011, P.18)

O município de Porecatu possui 14.183 mil habitantes e ocupa uma área territorial de 291, 665 km² segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Sua principal fonte econômica é a monocultura de cana-de-açúcar. Um dos fatores contribuintes para este fato é a existência da Usina Central do Paraná (UCP), instalada desde 1940 no município, no auge de seu desenvolvimento chegou a ser considerada uma das maiores indústrias do setor sucroalcooleiro da América Latina.

Na década de 1940, o Governo Federal, com o objetivo de colonizar a região norte do Paraná, uma das últimas regiões a ser colonizada no estado, lançou um programa de incentivo, no qual o uso da terra por sete anos garantiria o direito de posse da mesma. Através deste estímulo os camponeses de várias regiões do país, principalmente de São Paulo e do Nordeste brasileiro, vieram em busca de realizar o sonho da conquista de um pedaço de terra para viver e produzir o sustento de suas famílias. (OIKAWA, 2011).

As terras antes cobertas por florestas nativas, vão sendo desbravadas pela força e pouca tecnologia dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, os quais se organizaram e começaram a demarcar e dividir as terras entre si, começando a cultivar ali o sustento de suas famílias e alimentos para as comunidades vizinhas.

Com a demora do cumprimento da promessa feita pelo governo, com as terras já desbravadas com boa produção e alta fertilidade, o que conseqüentemente culminou no desenvolvimento de comércios e na formação de vários povoados, surge também o interesse de fazendeiros da região, que viam nessas terras uma maneira fácil de obter lucros. Este motivo desencadeia uma movimentação onde as famílias latifundiárias, principalmente oriundas de São Paulo, com o apoio do governo, resolvem desbravar as terras em que ainda havia mata nativa, já com o objetivo de também obter a posse das terras ocupadas pelos camponeses, gerando aos poucos uma disputa entre posseiros e fazendeiros. Silenciosamente a burguesia agrária, apoiada pelo governo, passa a disputar as terras através de outros mecanismos, com a contratação de jagunços que amedrontavam as famílias posseiras no intuito de fazê-los abandonarem as terras, as quais passariam a pertencer aos fazendeiros, já que estes tinham o poder de conseguir documentos de posses das mesmas, na maioria das vezes falsos. (OKAWA, 2011).

Neste mesmo período houve a ascensão da cultura do café, o qual tinha muito êxito nestas terras devido ao clima favorável e alta fertilidade, o que ocasionou um interesse de outros fazendeiros cultivadores de café, que também passaram a disputar as terras de Porecatu. Com a saída do Governo Getúlio Vargas esta proposta política não foi garantida e as terras foram transferidas para as companhias de colonização, que passaram a vender as terras para grandes latifundiários, com a garantia de serem entregues “limpas”, ou seja, sem os posseiros que ainda viviam e sobreviviam delas. Conforme Oikawa (2011,p.26):

Em outubro de 1945, Getúlio Vargas cai e leva com ele Manuel Ribas. Com isto, a ideia de colonização, inspirada no modelo norte-americano vira letra morta. A valorização das terras desdobradas, com todas as benfeitorias feitas pelos posseiros, incluindo-se estradas e portos no rio Paranapanema e o bom preço do café, desperta a cobiça dos políticos em Curitiba e grandes fazendeiros do interior de São Paulo. No período entre 1945 e 1947, em que quatro interventores se sucedem no governo do Paraná, os litígios entre posseiros e grileiros, que já vinham ocorrendo desde o início da década, se agravaram. [...]Grandes áreas de terras são vendidas para serem entregues desocupadas de *invasores*. Quando Moisés Lupion assume o governo, no verão de 1947, a violência está estabelecida e há posseiros reagindo e se defendendo como podem. Com o governador o Departamento de Terras e Colonização do Paraná transforma-se em um balcão de negócios. Grupos vivem a sombra do governo com o poder de mudar a geografia, falsificando mapas e documentos. Aos posseiros vai ficando claro que terão que passar a reagir de maneira organizada (OIKAWA, 2011, p.26).

Em respostas a situação, os posseiros se organizaram para proteger e defender suas terras. Houve várias tentativas de negociação “amigáveis”, mas que não obtiveram êxito e aos poucos “o desmatamento, a terra roxa vai revelando, com o seu teor de ferro, o cheiro de sangue” começa também a ser sentido pelos camponeses (OIKAWA, 2011, p.90).

Os posseiros já cansados de serem iludidos pelas promessas governamentais, que reafirmavam a titulação das terras ocupadas, foram surpreendidos, quando engenheiros e agrimensores do Estado começam a demarcar áreas de mais de mil alqueires em lotes de 40 alqueires cada.

O envolvimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) fortaleceu os grupos de resistências, pois, através desta aliança foi possível difundir o que se passava no pequeno município. O principal objetivo era denunciar as injustiças e violências que estavam ocorrendo naquele território, e principalmente legitimar as posses das terras.

Mesmo obtendo o controle da cidade e amedrontando os posseiros das redondezas, os comandantes policiais buscavam se prevenir contra os posseiros. Como estratégias dividiram sua tropa em grupos para averiguar as áreas de resistências, depois de vistoriadas alguns soldados permanecem para que não houvesse perigo dos posseiros voltarem. E mesmo cercados os posseiros continuavam reagindo, sempre que podiam, contra os militantes. E isto intimidava a força policial que temia ataques surpresas. A Revolta do Quebra Milho ou Guerra de Porecatu ocorreu no vale do rio Paranapanema, mais especificamente na Vila Progresso no município de Porecatu em fins da década de 1940 e início da seguinte, como apresenta a seguir.

2.1 ACAMPAMENTO HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

“Herdeiros da Luta, resistência e memória, estamos nesta luta continuando a nossa história”

Grito de Ordem²

A história do Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu nasce ligada a disputa local pela terra. As irregularidades das terras do município, hoje em sua maioria de poder do grupo Atalla, tornaram-se ³públicas no ano de 2008, quando a Polícia Federal junto ao Ministério do Trabalho, realizaram vistorias nas fazendas que são propriedades da Usina Central do Paraná (UCP), pertencentes ao grupo Atalla. Esta ação ocorreu após algumas denúncias de maus tratos e péssimas condições de trabalhos que os funcionários viriam sofrendo pela empresa. Após a operação ficou confirmado e foi publicada pela imprensa, a existência de várias irregularidades, entre elas sonegação de impostos e a existência de trabalho análogo ao regime escravista em várias fazendas pertencentes ao grupo. Uma das fazendas se encontrava com irregularidades, tratava-se da Fazenda Variante, onde atualmente está localizado o Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu.

² Grito de Ordem: Palavra, expressão ou frase curta, utilizada em protestos ou manifestações, normalmente replicada em cartazes e discursos, com o objetivo de marcar uma posição, reivindicar alguma mudança e/ou incitar os ânimos do grupo.

³ Grupo Atalla: Empresários e Proprietários da Usina Central Paraná, produtores de álcool, açúcar e cana.

Em agosto de 2008, o Ministério Público do Trabalho interditou parte da Usina Central de Porecatu por conta de encontrarem 228 trabalhadores em condições de trabalho consideradas degradantes e análogos ao trabalho escravo. [...] As denúncias de trabalho escravo propulsionaram a ocupação do local pelo MST em novembro de 2008, onde permanecem até hoje no acampamento “Herdeiros da Luta de Porecatu” (GAZETA DO POVO, 2008, apud GOMES, 2009, p.33).

Depois do fato tornar-se público houve uma movimentação do Movimento Sem Terra - MST com o objetivo de ocupar a área. Alicerçados na lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, em seu artigo 2º, assegura “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (BRASIL, 1964, apud ROSA, 2012, p.511). Desta forma fica claro que toda a área de terra que não cumprir sua função social deve ser destinada a Reforma Agrária. Isso se deu nas terras do Grupo Atalla.

Nas décadas de 1960 e 1970 o termo mais usado nesses casos era invasão, o qual transparecia atitudes ilegais em relação ao direito da propriedade. Contrapondo esta visão, o MST passa a usar o termo “ocupação” pensando e defendendo que a terra não é invadida e sim ocupada, pois se a terra não está cumprindo sua função social, ela deve garantir os direitos dos trabalhadores, do meio ambiente e principalmente produzir alimentos e não apenas monoculturas para o agronegócio. Sendo assim, a terra deve ser ocupada por alguém que exerça a sua função social.

Podemos afirmar que o termo ocupação de terras no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O uso do termo ocupação foi estratégico na formulação das bases de justificação e legitimação do MST e na demanda pela realização da Reforma Agrária. Se o termo invasão, utilizado ao longo dos anos 1960 e 1970, trazia consigo tons pejorativos e denotava práticas consideradas ilegais no que diz respeito ao direito de propriedade, o uso do substantivo ocupação indica outro cenário. Ao usar o termo ocupação o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social (BRASIL, 1964 apud ROSA, 2012, p.511)

Com o objetivo de trabalhar e fazer da terra produtora de alimentos, realizando a transformação social, que o Movimento realiza a ocupação das terras do Grupo Atalla no ano de 2008 na Fazenda Variante, com o intuito de marcar presença e conquistar seu espaço em Porecatu.

Figura 1: Mapa Aéreo do Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu



Fonte: Imagem do Google Earth -22.7786547,-51.3495945,723m

[...] no dia 01 de novembro de 2008 com aproximadamente 2000 pessoas ocuparam o complexo de terras improdutivas pertencentes ao grupo Atalla, a área se aproxima de 1400 hectares somente com o monocultivo de cana de açúcar para fabricação de etanol, o grupo Atalla que possui boa parte das terras do município de Porecatu, e de alguns municípios vizinhos, tendo também de posses uma usina de açúcar que atualmente está desativada, motivos: questões trabalhistas, exploração de jornada de trabalho, sendo esta usina ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no ano de 2008, em uma mobilização no dia 8 de março, como forma de protesto e reivindicação aos direitos humanos e contra o trabalho escravo (SANTOS, 2012, p. 20-21).

Assim, no “dia 01 de novembro de 2008, com mais de 2000 pessoas dos acampamentos e assentamentos de várias regiões do estado se iniciou o Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu” (EIHLP, 2013, p.7).

Dessas 2000 mil pessoas cada um representada uma família, atualmente a maioria das famílias que ajudaram na ocupação não estão mais no local, algumas desistiram pelo caminho e outras foram assentadas em outras áreas que já estão em processo definitivo de Assentamento, ou seja, está em terras já legalizadas pelo Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As famílias que ali permaneceram se uniram e deram inicio a aulas, em 2009, pois era uma necessidade de seus filhos ali acampados, iniciando a fundação da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu, que na sequência apresentaremos.

3. ESCOLAS ITINERANTES 2003 – 2018: 15 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA

⁴“Escola Itinerante, um marco na história, poder estudar nela para nós é uma vitória!”

A Escola Itinerante assume uma postura pedagógica revelada em seu próprio nome. Ela se caracteriza pela peculiaridade de acompanhar o movimento territorial dos acampamentos do MST nos casos de despejo ou mudança da área de acampamento, assegurando o processo educacional sem interrupções. Com isto, a Escola Itinerante representa a possibilidade de garantir o acesso à escolarização e ao conhecimento às famílias Sem Terra, expressando-se como fecundo espaço da Educação do Campo, e explicitando, ao poder público, a necessidade de políticas educacionais para toda a população brasileira, em virtude das diversas circunstâncias de exclusão em que se encontram.

Para nos ajudar a compreender a constituição das escolas itinerantes, Weide (1998, p. 120) diz que “alguns achavam que tinha que ser uma escola ambulante porque o acampamento não parava num só lugar, outros sugeriram viajante. O processo foi de ambulante, viajante, andante, até se chegar a Escola Itinerante”. Havia entre as famílias acampadas, a preocupação com as crianças que se encontram ali, afinal elas estão imersas nos processos de luta, bem como, de itinerância do acampamento. O que fazer?

É nesse ínterim, que as escolas itinerantes em 1996 começam a ganhar forma no estado do Rio Grande do Sul, sob o Parecer 1313/96, com base no artigo 64 da Lei Federal n.º 5.692/71 como Experiência Pedagógica, a vigorar por dois anos. Esse foi prorrogado por mais dois anos, e ganhando espaço, tornando-se exemplo de luta e perseverança para outros estados. Hoje, infelizmente, a proposta de escola itinerante não teve continuidade no Rio Grande do Sul, apenas serviu de suporte para que fosse concebida no estado do Paraná.

Neste prisma, o Plano de Estudos das escolas itinerantes do Paraná, afirma que o objetivo principal do MST no âmbito da educação:

é ajudar a formar seres humanos mais plenos e que sejam capazes e queiram assumir-se como lutadores, continuando as lutas sociais de que são herdeiros, e construtores de novas relações sociais, a começar pelos acampamentos e assentamentos onde vivem e que são desafiados a tornar espaços de vida humana criadora. Para isso é preciso educar as novas gerações de modo a que desenvolvam uma visão de mundo que inclua estes objetivos; crianças e jovens ativos, com iniciativa, multilateralmente desenvolvidos com apropriação de conhecimentos científicos relevantes, hábitos sociais e valores de convivência e trabalho coletivo. (PLANOS DE ESTUDOS, 2013, p. 11).

Por isto, as escolas itinerantes se localizam dentro dos acampamentos. Elas são atravessadas pela realidade de seus alunos, ou seja, as assembléias, as ocupações e manifestações, cooperação etc. Uma escola que vai ao encontro de uma Educação do Campo lançada ao movimento. Uma escola que se desloca junto ao acampamento, tanto politicamente, quanto geograficamente. Já dizia Milton Santos, “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (1996, p. 314).

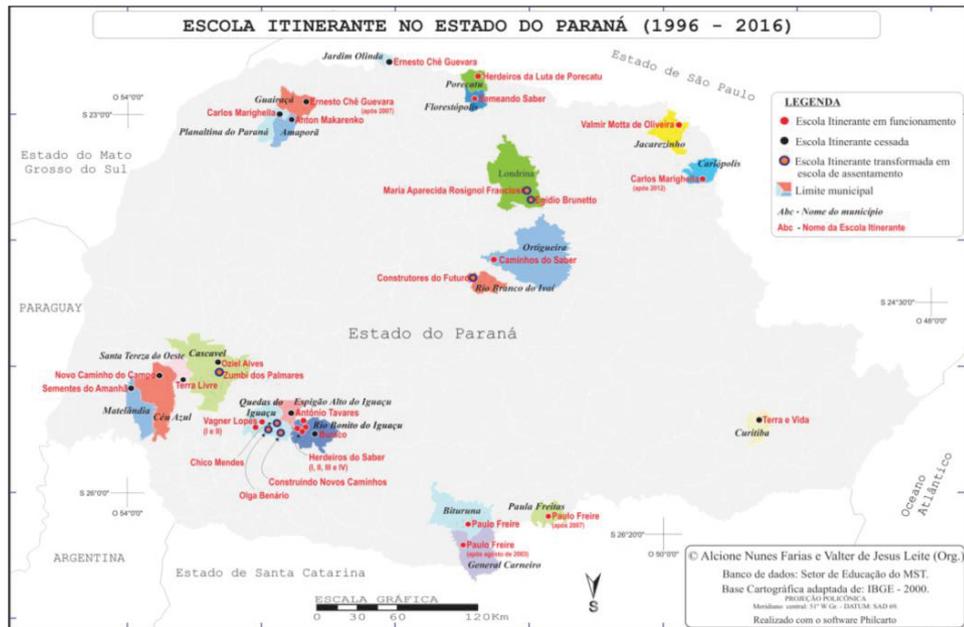
A Escola Itinerante tem como propósito possibilitar o acesso ao mais amplo conhecimento, em promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural, ações de investigação entre escola-comunidade-escola, nos Acampamentos de Reforma Agrária do Paraná.

No Paraná, a Escola Itinerante teve seu reconhecimento legal em 2003. Atualmente temos 9 (nove) Escolas Itinerantes no Estado do Paraná, atendendo 2.500 crianças que tem a oportunidade de acessar a escolarização no local onde vivem, o que tem contribuído para criar nos estudantes o gosto pela escola e pelo estudo, colaborando com a socialização e apropriação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade o que incide de maneira objetiva no desenvolvimento das comunidades atendidas.

Destaca-se neste contexto, que a partir do ano de 2008 se iniciou a implantação dos Ciclos de Formação Humana no Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak e nas Escolas Itinerantes do Paraná. O Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak se tornou escola base de todas as escolas itinerantes, ficando responsável pela documentação das Escolas Itinerantes, como se fossem uma extensão da Escola Base em cada Escola Itinerante, onde uma única escola emitiria os Históricos Escolares de todas as demais, as matrículas de todas as escolas são encaminhadas para a escola base, permanecendo apenas uma cópia dos documentos na secretaria da escola itinerante.

No ano letivo de 2017 a Escola Itinerante atendeu aproximadamente 1.592 educandos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, contando com 12 escolas, distribuídas em oito municípios paranaenses, conforme ilustra o mapa a seguir:

Figura 2: Escolas Itinerantes no Estado do Paraná



Fonte: Setor de Educação do MST Paraná (2019).

A Escola Estadual do Campo Iraci Salete Strozak atendeu como Escola Base para as Itinerantes no período de 2013 a dezembro de 2017. Com as alterações nas Escolas Bases das Escolas Itinerantes e o Colégio Ricardo Lunardelli passando a ser Escola Base da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu, novos problemas passam a se fazer presente uma vez que as novas escolas base não possuem a mesma proposta política pedagógica, não conhecem as especificidades da escola do campo, dificultando o seu funcionamento e manutenção. Uma forma do governo afrontar o MST desestruturando aos poucos as Escolas Itinerantes.

3.1. ESCOLA ITINERANTE HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

Consideramos necessário situar historicamente a Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu para compreender como esta se inventa cotidianamente para garantir a seus educandos acesso a uma educação de qualidade.

Sendo assim, vale ressaltar que a escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu é fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) juntamente com a comunidade local. Após a ocupação do território em 2008, surge a preocupação entre os acampados com a educação das crianças. A partir dessa preocupação a comunidade local se reúne e começa de maneira informal as aulas debaixo dos pés de manga.

Compreendendo essa importância da escolarização para o MST, Schreiner (2009) diz que essa escolarização está inserida num amplo processo de formação humana que se apresenta como direito de todos. Pois, não se trata apenas de educar para o trabalho no campo, mas especialmente de desenvolver uma educação política dos sujeitos que ali estão inseridos, portanto, uma formação política para a luta pela terra e pela reforma agrária.

Dando continuidade, a organização inicial da escola, os educadores eram sujeitos da comunidade que voluntariamente atendiam às crianças, no entanto, esses educadores não possuíam graduação nem diploma para lecionar. A partir daí surge a necessidade de lutar por um espaço adequado que pudesse garantir às crianças um mínimo de conforto.

Desse modo, em 2011 a comunidade constrói uma estrutura com 4(quatro) salas de aula, biblioteca, banheiro e refeitório. Nesse mesmo ano, os professores passam a ser contratados por meio do Processo Seletivo simplificado (PSS). Sendo o Colégio Estadual Centrão no município de Querência do Norte a escola base gestora, sendo este responsável pela vida escolar dos estudantes e documentos do corpo docente, tendo a função de organizar e dar suportes financeiros e burocráticos, no período de 2011 a 2013, à Escola Itinerante Herdeiros da Luta.

Nesse novo espaço, a escola acontece ofertando ensino fundamental I e II. Devido à estrutura estar localizada na descida, em dias chuvosos, a lama escoava para dentro das salas de aula, dificultando o acesso. Dessa forma, mais uma vez é preciso que a comunidade repense outro espaço para que os educandos tivessem condições de frequentar as aulas.

Com o intuito de garantir aos educandos um espaço mais arejado, onde a chuva e a lama não comprometessem o ambiente escolar e assim limitasse o saber, a comunidade se organizou financeiramente com doações por famílias, compraram os materiais necessários e através de mutirão (formado de pais, mães e até

estudantes) a nova Escola Itinerante é levantada e inaugurada em 31 de agosto de 2013.

As novas instalações da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu foram inauguradas no mês de agosto de 2013, contando com a melhor estrutura física, obtendo 13 salas de aulas, cozinha, refeitório, banheiros, secretaria, biblioteca. Para que a obra fosse concluída, foram utilizados, também, recursos do acampamento oriundos da colheita de um plantio coletivo, o qual tinha por objetivo atender as necessidades estruturais do acampamento. A construção da escola foi realizada pelos acampados, de forma voluntária, sendo um espaço educativo e todos podem usufruir dela. (SILVA, 2015, p. 15).

Abaixo, segue algumas fotos da construção das novas instalações, para situar como essa escola se inventa junto a sua comunidade.

Figura 3: Planta baixa das salas de aulas



Fonte: Memorial da escola (2013)

Figura 4: Levantamento das Paredes das Salas de Aula



Fonte: Memorial da escola (2013).

Figura 5: Finalizando a construção das salas de aulas



Fonte: Memorial da escola (2013).

No período de 2013 a dezembro de 2017 a Escola Estadual do Campo Iraci Salete Strozak atendeu como Escola Base para as Escolas Itinerantes, como já citado.

A partir de 2018, o Colégio Estadual Ricardo Lunardelli passa a ser a nova base da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu. (E.I.H.L.P), dando início a novos problemas, pois, a nova escola base não é uma escola do campo, não tem a mesma proposta política pedagógica, não conhece a proposta do MST. A verba que o governo manda, como o fundo rotativo passaram a ir pra nova escola base, e a escola itinerante não tem mais acesso para poder direcionar de acordo com a sua necessidade. Além disso, a verba repassada por aluno caiu pela metade, devido a escola base não ser do campo.

A escola itinerante possui uma forma de organização própria e diferenciada, onde todos os trabalhos são organizados e discutidos coletivamente, sendo a base para a resistência da mesma. Nesse sentido Freire diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção.” (1996, p. 12). Pois, uma sociedade de paz só será construída quando os verdadeiros sentidos de ensinar forem compreendidos, quando as palavras cooperação, trabalho, solidariedade, justiça, cultura, historicidade, realidade passarem a se relacionar com os conteúdos ditos “fundamentais” a serem ensinados às crianças e assim, quem sabe, oferecerem significado. Caldart, colabora afirmando que:

Toda vez que uma escola desconhece e ou desrespeita a história de seus alunos, toda vez que desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços. E se isto acontecer com um grupo social desenraizado ou com raízes muito frágeis, isto quer dizer que estas pessoas estarão perdendo mais uma de suas chances (e quem garante que não a última?) de serem despertadas para a própria necessidade de voltar a ter raiz, a ter projeto. (CALDART, p. 70, 2003).

Diante do que foi brevemente discutido, bem como diante da vivência como educadora de uma escola itinerante, ressalto que a escola itinerante tem (re)existido junto a uma sociedade excludente, a políticas governamentais de longa duração e constantes “ataques” a sua organização, ela tem (re)existido da luta do MST, junto ao movimento de cooperação da comunidade, seja como prestação de serviço ou doações.

Vivenciando todas as problemáticas enfrentadas pela escola itinerante, os descasos do governo perante a escola itinerante e entendendo sua importância dentro do panorama atual da Educação brasileira, fica o questionamento: Como a escola itinerante tem (re)existido diante dos descasos do governo?

3.2 EXISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA DA ESCOLA ITINERANTE HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

A E.I.H.L.P. funciona em dois turnos, período da manhã com as turmas da educação infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental atendendo em torno de 80 educandos e o ensino médio no período da noite com as turmas do 1º, 2º e 3º ano com 20 educandos.

A escola possui um quadro formado por 23 educadores, destes, 15 são PSS incluindo uma pedagoga, uma secretária e uma cozinheira, 5 são educadores do campo contratados pela ACAP (Associação de Cooperação Agrícola da Reforma Agrária) e 3 são educadores QPM.

As aulas iniciam às 07h45min no período da manhã com o tempo formatura, onde são passados os informes dos educandos, educadores e coordenação da escola, onde a cada dia é uma turma responsável pelo tempo formatura. Após esse tempo, todos são encaminhados para as salas de aula até as 10h15, quando saem para o intervalo e retornam às 10h30 com término ao meio dia.

O período noturno inicia-se o momento formatura às 18h20. As aulas começam às 18h30 e se estende até às 20h45 até o momento do lanche de 15 minutos. As aulas se encerram às 22h20.

Tanto no período da manhã quanto no período noturno, acontece uma vez por semana no momento formatura a mística geralmente organizada pelas turmas.

O momento místico é uma das especificidades da Escola Itinerante. É o momento em que os educandos planejam, se organizam quanto ao tema e fazem uma releitura de um fato histórico, uma homenagem a algum lutador, ou até mesmo algo que represente a cultura camponesa. As místicas do período da manhã acontecem nas quartas-feiras e no período noturno nas terças-feiras.

Para que todos os educadores possam participar e compreender os tempos educativos da escola itinerante, os horários de aula são fixos de modo com que todos os educadores possam estar presentes nas quintas-feiras no período da manhã e nas terças no período da noite. O objetivo dessa organização no horário é garantir que os educadores possam se encontrar e assim facilitar os diálogos e planejamentos. Estes, por sua vez, são semestrais, onde todos os educadores se reúnem por área do conhecimento e realizam quando possível, aulas interdisciplinares fazendo conexões entre um conteúdo de uma disciplina com outra. Há também o planejamento da atividade síntese, onde os educadores a partir de um tema geralmente proposto pelo setor de educação do movimento, realizam um trabalho teórico em cada disciplina para posteriormente desenvolverem os conteúdos estudados na prática, sempre procurando vincular esse conteúdo com a realidade do educando.

Além desse planejamento semestral, todos os educadores também realizam o PTD mensal (Plano de Trabalho Docente) procurando elencar o objetivo geral e específico dos conteúdos, a metodologia e formas de avaliação que irá trabalhar durante o mês, facilitando assim o pedagogo acompanhar a turma em dias de falta do educador.

Tendo em vista os dados citados acima, é possível perceber que a E.I.H.L.P possui um quadro de educadores formados por 80% de PSS.

O professor PSS é uma categoria de trabalho clasificada como trabalho por contrato de tempo determinado, o qual está amparado na CRFB de 1988, por meio do disposto no capítulo da administração pública, que em seu artigo 37, inciso IX,

dispõe que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Tendo em vista que o PSS é um contrato precário e de um ano para o outro ocorre mudanças no edital, dessa maneira a cada ano letivo o quadro de educadores da escola itinerante sofre alterações que afetam na formação continuada dos educadores que lecionaram no ano anterior. Como consequência, há a necessidade da equipe pedagógica juntamente com os demais do coletivo, ajudar a inserir esse novo educador ensinando-lhe a proposta da escola itinerante de acordo com os princípios do MST.

Outra limitação presente na Escola Itinerante, é a questão dos educadores QPM, que devido ao fechamento de algumas turmas na cidade, a superlotação das salas, acabam recorrendo às escolas itinerantes e devido ao número pequeno de educandos por turma, acabam se entusiasmando e indo para as Itinerantes. Alguns desses educadores QPMs, ocupam nossos espaços, porém vem na intenção apenas de fazer seu papel em sala de aula, cumprindo com os conteúdos curriculares, não se importando com a realidade em que o educando está inserido, sua cultura e organicidade dentro do movimento. Dessa maneira, entendem que o momento da hora atividade é apenas para corrigir provas e realizar o registro do RCO (Registro de Classe On-line) não abrindo espaço para momentos de informes, reuniões e organicidade das místicas.

A escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu conta com educadores que já estão inseridos na proposta desde 2011, outros, que chegaram logo depois em 2014. Devido à escola permanecer um município pequeno, o quadro de educadores inscritos via PSS são os mesmos todos os anos, sem contar que os educadores são bem classificados na listagem. Estes educadores que estão inseridos na escola há mais tempo, atuam como pilares na manutenção da proposta pedagógica da escola itinerante. Eles, por sua vez, devido terem mais experiência, contribuem para que a proposta da escola de fato aconteça, auxiliando os educadores novos na construção dos planejamentos por complexos de estudo, a compreender que os conteúdos de cada disciplina devam ir de encontro com as porções da realidade e se realmente faz conexões com a realidade do homem do campo.

Todo início de ano, após o suprimento dos professores via PSS, as Escolas Itinerantes sofrem um processo de retrocesso, pois, necessitam iniciar um processo

de formação com os novos educadores, que não conhecem a proposta de educação do MST, não conhecem o ciclo de formação humana, muito menos sabem como realizar a escrita dos caderninhos, utilizado como um instrumento pedagógico de acompanhamento do educando, onde se acompanha o desenvolvimento por períodos curtos e demais intercorrências ocorridas no período e os pareceres descritivos, utilizados para finalizar o semestre, onde consta a vida do aluno naquele período, o que ele se apropriou e o que não se apropriou bem.

O ciclo de formação humana, busca contrariar a lógica escolar excludente da seriação, pautando a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva emancipatória. Ciclo é movimento, não nos deixa parados, é processo, é relação, é agrupar e reagrupar-se para aprender e ensinar, o currículo por ciclo de formação vem para renovar os métodos de organização e de ensino, se fundamentam no processo de desenvolvimento humano em sua temporalidade, ou seja, mesmo que consideremos que a mudança da estrutura em ciclos seja mais importante, é na prática educativa que podemos prever ou interferir no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Dessa forma, o educador precisa conhecer os ciclos de formação humana para

Se o processo de contratação dos educadores pudesse ser por escolha ou por tempo de trabalho na escola seria melhor, pois, teríamos a possibilidade de garantir o mesmo quadro de educadores, que se identificam com a proposta da escola, já conhecem a proposta de educação do movimento e gostam de trabalhar na escola no campo, tendo um grande avanço anual nas formações e qualificando o processo cada vez mais.

Apesar de encontrar diversas limitações dentro da Escola Itinerante, é possível afirmar que a mesma consegue existir e reexistir graças ao coletivo de educandos que por sua vez contribuem na auto-organização do tempo trabalho, auxiliando em período contra- turno no tempo leitura na biblioteca e na organização dos núcleos setoriais⁵. A escola também conta com um coletivo de educadores e funcionários que se desafiam a cada dia a se comprometer com a proposta da escola, mesmo tendo a consciência de que os novos educadores, ainda tenham

⁵ Aspectos interdisciplinares na Proposta Pedagógica do MST. Busca articular as bases da ciência e da arte com a vida. É um trabalho realizado dentro dos tempos educativos entre sua organicidade. Na Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu acontecem os seguintes núcleos terças e nas quintas-feiras: Saúde e Bem Estar, Memória e Comunicação, Infraestrutura, Agrícola, Embelezamento, Apoio ao Ensino.

uma visão prematura da escola. Uma forma desta manter-se firme mesmo não contando com o devido subsídio do governo, é a contribuição da comunidade que está sempre empenhada ajudando com alimentos, reparos na infraestrutura, zelando pela limpeza, uma vez que a escola não possui no quadro de funcionários, um responsável pelos serviços gerais.

Outra limitação nos dias atuais, é que a escola sofre constantes pressões tecnológicas por parte da SEED, que a todo custo cobra da escola base para que todos os educadores realizem os registros on-line e diários de frequência dos educandos. No entanto, essa cobrança não condiz com a realidade da escola do campo, uma vez que a internet funciona com muita dificuldade graças mais uma vez ao esforço da comunidade em pagar essa tecnologia, pois o governo não cumpre com esse requisito.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

TABELA 1: Relação de educadores da Escola itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu que participaram da pesquisa.

Educadores que responderam à pesquisa	Vínculo empregatício	Tempo de serviço na instituição
Educador P1	PSS	7 meses
Educador P2	PSS	5 anos
Educador P3	PSS	4 anos
Educador Q1	QPM	7 meses
Educador Q2	QPM	7 meses
Educador Q3	QPM	7 meses

Fonte: Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu

A Escola Herdeiros da Luta de Porecatu (EIHLP) conta com 14 educadores contratados via PSS (Processo Seletivo Simplificado), e 03 educadores que são QPM (Quadro Próprio Magistério) e 05 educadores contratados pelo convênio da Associação de Cooperação Agrícolas e Reforma Agrária do Paraná (ACAP), um convênio firmado entre o governador do estado do Paraná e a ACAP, para atendimentos das escolas itinerantes no estado do Paraná.

O questionário foi ofertado a número iguais de educadores tanto QPMs quanto PSS (3 totalizando 6 entrevistados)

Estarei utilizando codinomes “Q” para QPM e “P” para PSS para relatar o resultado das entrevistas abaixo.

A educadora Q1 afirmou não ter tempo de experiência suficiente para responder ao questionário sempre afirmando que:

“a proposta da Escola Itinerante é enriquecedora e humanizadora, porém o tempo hábil para poder assimilar a gama de especificidades dentro da escola é muito pequeno, que deveria haver mais momentos para poder apropriar-se de maneira coesa sobre os planejamentos por complexo de estudo, a questão de trabalhar de forma interdisciplinar a semana temática e atividade síntese”.

A educadora Q1 respondeu de maneira superficial, pois entendemos que não quis se posicionar. Disse que:

“acha a proposta da escola do campo interessante, porém não tem tempo para participar das formações e aprender mais”. (Q2.MST. Coleta de Dados realizada em setembro de 2019).

A educadora Q2 coloca:

“Gostaria de poder contribuir muito mais, porém devido suas aulas estarem distribuídas em duas ou, três escolas, dificulta uma melhor interação com as atividades desenvolvidas pela escola itinerante, principalmente quando se trata de cursos, formações e saídas para acompanhar os educandos em atividades voltadas para a reforma agrária. Quando questionada sobre como sujeito ela se identifica na construção da proposta da Escola Itinerante [...] que “Estou ainda tentando me identificar nesta construção, pois o tempo ainda não foi suficiente para ter claro isto em mim” (Q3.MST. Coleta de Dados realizada em Setembro de 2019).

O educador PSS, P1 responde para a mesma questão que:

“Eu acho tudo isso encantador a relação entre teoria e prática, fico muito agradecido de ter essa oportunidade, me sinto privilegiado em poder estar contribuindo e ter essa aproximação da realidade nessa dimensão cultural. Sinto-me no compromisso de sempre buscar orientações pedagógicas no

caráter formativo dos educandos. Não é uma tarefa simples, mas sim desafiador, é surpreendente e comprometedor inserir a realidade como base da produção do conhecimento e engajada com a luta pela Reforma Agrária, educação, trabalho e vivência no coletivo dos acampados.” (P1.MST.Coleta de Dados realizada em Setembro de 2019)

O educador P2 responde que:

“A construção deve partir da premissa da coletividade, com isso, todos fazem parte da construção da proposta escolar, visando sempre uma educação de qualidade, atrelada as propostas metodológicas já inseridas no contexto da Escola Itinerante.” (P2.MST. Coleta de Dados realizada em Setembro de 2019).

O educador P3 coloca que:

“O tempo de atuação na escola (7meses) me impossibilitou de responder o questionário com exatidão, visto que não tive tempo suficiente para aprender sobre a proposta da escola, sobre o porquê dos núcleos setoriais, não conseguindo me aprofundar em relação ao planejamento de complexo de estudo devido eu ter participado da semana pedagógica em outra escola que não é do campo”. (P3. MST. Coleta de Dados realizada em Setembro de 2019).

Tendo em vista a organização dos planejamentos por complexos de estudos e a necessidade do educador em se comprometer a fazer as devidas conexões dos conteúdos com a realidade do campo ao entrevistar outro educador:

P3 coloca que:

“não é uma tarefa simples, mas sim desafiador, é surpreendente, comprometedor inserir a realidade como base da produção do conhecimento e engajada com a luta pela Reforma Agrária, educação, trabalho e vivência no coletivo dos acampados”. (P3.MST. Coleta de dados realizada em Setembro de 2019).

Diante das respostas dos educadores entrevistados notei que infelizmente sofremos com o problema de perfil dos educadores, rotatividade, processo de seleção dos professores PSS, que gera descontinuidade no trabalho educativo, desde a origem da Escola Itinerante no Paraná. Para ajudar, os educadores QPM são assegurados legalmente para escolherem onde fixar seu padrão ou lotar/distribuir suas aulas antes dos PSS, mesmo que conseguimos avançar em alguns critérios que dizem respeito a valorização do tempo de serviço, experiência e formação dos professores atuantes na Escola Itinerante, mas são insuficientes neste caso, para garantir de se colocar a frente do direito do QPM escolher onde lotar suas aulas. Dessa forma, o desafio está na luta por concurso público, para professores e

professoras comprometidos com a educação que hoje são PSS, para que tenham a oportunidade de adquirir estabilidade e estejam fixados na escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho buscou evidenciar o histórico da escola, bem como a luta das escolas itinerantes, pois a luta vai além de ser oficializada pelo Governo. E mesmo sendo oficializada pelo Governo a escola continua a exercer suas funções porque a comunidade está sempre contribuindo, seja com mão de obra, seja com alimentos.

A compreensão que tive ao realizar este trabalho foi que a educação do campo não pode ser vista apenas como um ponto de chegada, mas sim como um ponto de partida, cuja perspectiva política reflita as condições sócio-econômicas e culturais de uma comunidade. A escola do campo tem uma papel importante perante os novos desafios, além de ser um ambiente educativo é um espaço da diversidade, devendo promover na prática uma educação em direitos humanos, respeitando os princípios de solidariedade, cooperação, comprometimento e participação, princípios esses, que fortaleçam e valorizam os processos de ensinar e aprender combatendo a discriminação, os abusos e as violações de direitos em todas as suas formas.

O artigo contribuiu para pensar dimensões não resolvidas na manutenção do funcionamento da Escola Itinerante como a rotatividade e regime contratual. Expressa o comprometimento social dos educadores e da comunidade frente à escola e o papel da educação na luta. Revela as limitações encontradas no dia a dia para a manutenção da escola e o esforço realizado pela comunidade para manter a mesma funcionando e garantindo os direitos a comunidade acampada.

Cumprir uma função importante no âmbito do cultivo da memória coletiva e de luta da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. **A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar**. Santa Catarina: Editora Insular, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BUENO, Jaqueline. A Construção das Escolas Itinerantes: A Educação no MST. In: CEAGRO. *On-line*: 2 de março de 2018. Disponível em: <http://www.ceagro.org/index.php/2018/03/02/a-construcao-das-escolas-itinerantes-a-educacao-no-mst/> . Acesso em: 10 de dezembro de 2019. 15:48 horas

EIHLP, 2013-2018. **Memorial da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu**, Porecatu / PR, 2013 a 2018.

EIHLP, 2013-2018. **Plano de Ação da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu**. Porecatu / PR, 2013 a 2018.

EIHLP, 2013-2018. **Relatório Semestral da Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu**. Porecatu / PR, 2013 a 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2018. <https://citacoes.in/citacoes/566425-paulo-freire-o-que-me-surpreende-na-aplicacao-de-uma-educacao-r/>

PARANÁ, Secretaria do Estado de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: marcos normativo. Brasília SECADI, 2012.

PARANÁ, Lei nº 6.508/73. **Legislação estadual de recursos humanos**, Curitiba, 16/10/1979.

PORECATU, site <http://www.porecatu.pr.gov.br/historia>.

VIEIRA, Larissa Christina Bassier. SHIOHARA, Mariane Yuri. **Contratação Temporária de Professores pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná Através do Processo Seletivo Simplificado – PSS**. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba, Ano IV, nº 9, jan/jun 2013.

ZAMPIVA, Simone. **Diário de Campo na Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu**, 2013.

ZAMPIVA, Simone Ingebold de Souza. **A Escola Itinerante Herdeiros da Luta de Porecatu: Um espaço formador dos professores (as) contratados por PSS**, 2014.